

## **O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CAMINHO DA MERCANTILIZAÇÃO DESENFREADA**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Inaê Soares Oliveira<sup>1</sup>  
Esterio Ericson Botelho de Azevedo<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O objetivo desse trabalho visa estabelecer critérios de como a educação superior vem sendo compreendida no Brasil e desvendar a constituição do ensino superior privado nesse país. Pretende-se também ressaltar o impacto que a adoção das reformas neoliberais teve para o Brasil, a partir da década de 90, principalmente no âmbito das políticas sociais, sendo estas cada vez mais focalizadas e entregues ao setor de serviço, podendo ser mercantilização, como é o caso da educação. Para isso será traçado um breve histórico de sua formação possibilitando visualizar que, desde sua constituição, o ensino superior já apresentava características privativas, porém sem dimensão mercadológica, pois esta só passa a ser legitimada em 1996 com a Lei de Diretrizes e Base para Educação. E por fim, pretende-se explicar as possibilidades de resistência estudantil nessas instituições.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ensino Superior, Mercantilização e Privatização.

### **THE PRIVATE HIGHER EDUCATION IN THE WAY OF UNRESTRAINED MERCANTILIZATION**

### **ABSTRACT**

The aim of the present study is to establish criterions about how has higher education been comprehended in Brazil and to unveil the private superior education's historical constitution in this country. The aim too is to visually measure impacts that the adoption neo-liberal reforms has for Brazil since the mid-90, mainly regarding public policies, which are even more measures to form a policy focused and services sectors that are entering the mercantilization scene, as the case of education. So we can achieve our goal, a brief history of its formation will be exhibited, which will allow us to visualize that, since its initial constitution, superior educational system already presented private characteristics, although with no market dimensions, once this one is only legitimated in 1996 with the Law of Directives and Bases of National Education (LDB). The finally, we intend to explain the possibilities of student resistance in these institutions.

**KEYWORDS:** higher education, privatization and mercantilization.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE)

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP)

## 1INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é desvendar a constituição do ensino superior privado no Brasil. Para isso será traçado um breve histórico da constituição do ensino superior no mesmo revelando que desde os primórdios este país já apresentava instituições privadas, porém sem caráter mercadológico, pois este só passa a ser legitimado com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996, que admite a existência de mantenedoras com finalidade lucrativa no “setor de serviço educacional”, distorcendo a condição de direito à educação superior pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, bem como legitima sua aplicabilidade lucrativa, através de aparatos jurídicos normativos.

Este trabalho também visa traçar um horizonte de como a educação superior vem sendo compreendida no Brasil e a relevância dada a ela, pois de acordo com o Relatório sobre educação divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em setembro de 2012 mostrou que o país está na 38ª colocação entre 40 nações quando o assunto é educação superior. Somente 11% da população entre 25 e 64 anos de idade atingiram esse patamar educacional, quando o recomendável é, ao menos, 31%<sup>3</sup>. Esse panorama vem de encaixe as políticas de governo que estabelecem a expansão do ensino superior privado com financiamento público como “democratização de acesso” ao mesmo.

As modificações de cada período histórico são acompanhadas de processos produtivos que exigem diferentes modos de socialização e produção do saber. Se no período das corporações de ofício os trabalhadores tinham conhecimento de todo o processo produtivo, em tempos contemporâneos o que se estabelece como status do saber são as especializações, ou seja, é o trabalhador ter domínio de uma parte da produção e conseguir geri-la com ajuda de poucos, não se preocupando com o resultado final do trabalho coletivamente produzido.

Nessa perspectiva, no que tange a essas formações especializadas, é que as mesmas não se preocupam com nada além da técnica ou do saber fazer, desvirtuando processo educativo da dimensão política, como se esta não fosse importante, e utilizam da dimensão ideológica para legitimar uma educação voltada apenas para o mercado e que contribua com a reprodução do capital. Em primeiras linhas é possível, detectar que a reestruturação dos

---

<sup>3</sup> Estes dados estão disponíveis em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=93727>. Acesso em: 14 jul 2014

processos produtivos modifica a intencionalidade e estabelece reformas na organização da educação, e por consequência, no ensino superior. Estas são respostas necessárias à conjuntura mundial.

## **AS MODIFICAÇÕES DO CENÁRIO MUNDIAL E SEUS REBATIMENTOS PARA ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

No mundo globalizado é preciso estar atento às modificações advindas de seus reordenamentos. Para compreender as dimensões que orientam os países capitalistas, é necessário, segundo Santos (2007), perpassar por três âmbitos sem os quais não seria possível sustentar a ideologia hegemônica do capital, inclusive pelos moldes da educação. Estes estariam baseadas no âmbito da produção com as modificações no mundo do trabalho e na reestruturação produtiva que implantou como em nenhum outro modelo a micro e nanotecnologia, a polivalência, a fuga para localidades com pouca fiscalização, a concentração de capitais, o incentivo a ciência, a apropriação do saber e da informação imprescindíveis no cenário competitivo contemporâneo.

O segundo âmbito estaria ligado à cultura, pois com modificações no setor produtivo se modificou o modo de viver e de pensar das pessoas, isto foi possível pelas mudanças materiais e pela presença de condições que assombram a classe trabalhadora, podendo citar: desemprego, instabilidade e insegurança além da produção de ideias como o fim da luta de classes, a exacerbação do indivíduo e do consumo. Outro elemento foi o desmonte das ideias socialistas que também contribuiu para este cenário cultural. E por fim o âmbito do Estado que legitimou todas as mudanças necessárias para o pleno desenvolvimento do capital, tornando-se máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores.

Não fugindo da ordem estabelecida, o que se observa com as mudanças no ensino superior brasileiro no decorrer dos seus períodos, é que estas mudanças são respostas às transformações ocorridas no Brasil e no mundo. No que diz respeito ao ensino superior privado, se utilizará como critério temporal os períodos demarcados de acordo com Sampaio (1999) que se dividem em três: o primeiro diz respeito à existência desse formato de ensino já no final do século XIX, o segundo foi demarcado pela relação de complementariedade do setor público com o privado, pois o governo argumentava não conseguir absorver a demanda crescente por formação superior.

E o terceiro, foi marcado por um processo somente possível a partir da Lei de Diretrizes e Base para Educação de 1996, entre outras normalizações jurídicas, que legitimaram a educação como mercadoria e suas categorias administrativas como entidades comerciais com fins lucrativos, e assim, como toda e qualquer entidade comercial, estas visam o lucro em um mercado competitivo. Outras consequências da LDB foram: a fragmentação de carreiras, a possível venda de ações na bolsa de valores<sup>4</sup>, a fusão e padronizações de materiais didáticos, a precarização das condições de trabalho e a preocupação direcionada para constante expansão em detrimento da qualidade. Como nos reporta Sampaio (2011, p. 7), em seus segmentos mais dinâmicos, a sedução pelo consumo de serviços cada vez mais customizados, ajustados ao bolso, à formação e às expectativas do aluno parece induzir e manter de forma contínua a demanda por educação.

Assim, o primeiro período estabelecido relaciona a constituição do ensino superior no Brasil na época colonial, onde este era apenas para os fidalgos, pois, se fazia necessário ir para metrópole, Portugal, onde se concentrava essa forma de ensino, e isso demandava condições financeiras que só as elites tinham. Estes iam estudar na Universidade de Coimbra ou mais tarde, de Évora.<sup>5</sup> Neste período quem possuía um diploma de ensino superior assumia cargos de grande relevância na colônia. O acesso ao ensino superior era para poucos e se tinha receios de abertura do mesmo, devido ao medo da perda do prestígio e do respeito que se tinha aos bacharéis.

Apesar de terem sido criados no decorrer da história brasileira alguns cursos em escolas isoladas e/ou universidades, é apenas no período republicano que se estabelece a descentralização do ensino da metrópole e que se permite a instituição e consolidação do ensino superior, e já de início, a consolidação também deste no seu caráter privado. Neste período esse ensino era dividido entre instituições laicas, criadas pelo responsável locais das vilas ou províncias que para dar maior prestígio; e instituições católicas que não queria perder seu poderio além de formar quadros para dar continuidade aos princípios religiosos da igreja. Estas duas tendências disputavam entre si o controle das instituições existentes no Brasil. A

---

<sup>4</sup> Entre as organizações educacionais que tem ações na bolsa de valores e/ou parcerias com capital internacional estão: Kroton Educacional S.A, Anhanguera Educacional Participações S.A, Estácio Participações S.A, Sistema Educacional Brasileiro S.A, dentre outras. (SAMPAIO, 2011).

<sup>5</sup> Um debate sob a não criação de Universidades na colônia brasileira perpassa dois argumentos: o primeiro salienta que Portugal queria total dependência da colônia e não queria perder seu domínio sob nenhum aspecto. Já o outro argumento, perpassa a análise histórica de que Portugal não tinha condições suficientes como quadro docente, para criar universidades no Brasil. (Cunha, 2007).

primeira universidade que se consolidou no Brasil foi datada em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, existente ainda hoje.

É somente com a reforma de 1931 que se definiram características mínimas para a organização do ensino superior. Nessa reforma também se legitimou as instituições de ensino privado, através do livre ensino. (SAMPAIO, 1999). Após este período outro marco histórico para o ensino superior foi a LDB de 1961, da qual sofreu pressões do movimento estudantil que defendia o modelo de universidade como ideal para ensino superior, pois além de formar profissionais se preocupava com a produção de conhecimento. Porém, nesta LDB foi reconhecida a organização do sistema superior em moldes não universitário e criou-se o Conselho Federal de Educação para administração e controle burocrático do Estado que diz respeito à abertura e reconhecimento das instituições, mas que a bem da verdade, favoreceu a expansão do ensino superior privado.

Faz necessária salientar que nesse período com avanços na urbanização e na industrialização do país, o ensino superior passa a ser almejado por questões que vão desde a realização pessoal à ascensão social. É nesse período que se tem o ensino superior privado como complementar a demanda não atendida pelas instituições públicas e o fundo público também era repassado para a esfera privada. Porém, diferente de outros países que também passaram por período de regime militar, o ensino superior público não sucumbiu.

No que se refere aos movimentos de resistência que lutavam pela democratização do país e pela liberdade de expressão, estes foram colocados na ilegalidade e as universidades passaram a ser tidas como locais de subversão ficando sobre total vigilância dos militares, principalmente após o relatório Meira Mattos que pregava repressão a quaisquer protestos realizados principalmente pelo Movimento Estudantil. Outro documento relevante nesse período para compreender a entrada de princípios mercantis na educação foram os acordos MEC/USAID tendo como referência o relatório Atcon, que recomendava um receituário as universidades públicas baseadas na concepção empresarial de eficiência e rentabilidade. (Cavalcante, 2009).

Os governos subsequentes à ditadura também não se preocuparam com a educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade. Segundo Queiroz (2013) na década de 70 o número de estabelecimentos privados de ensino superior saltou de 463 para 682 e na década de 80 já representava 77,3% do total de estabelecimentos e o número de matrículas já chegava em 64,3%.

Foi pela Constituição de 1988, sob os princípios da autonomia universitária, que foi permitido a essas instituições aumentar ou reduzir vagas, abrir ou fechar cursos sem a autorização do Conselho Federal de Educação.<sup>6</sup> Esob o princípio liberal foi firmado mais uma vez o livre ensino pelas instituições privadas.

## **A ADOÇÃO DO RECEITUÁRIO NEOLIBERAL NO ENSINO SUPERIOR E AS POSSIBILIDADES DE REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA**

A década de 1990 foi marcada pela implementação do receituário neoliberal pensado por organismos internacionais como: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), pactuado com outros órgãos como Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Acordos Gerais do Comércio e dos Serviços (AGCS), com diretrizes voltadas para os países latino-americanos, aplicadas pelos do governo dos governos de Collor, Itamar e Cardoso. A ideia básica presente nas reformas educativas, iniciada nessa década compreendia que os sistemas de ensino deveriam se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade com contenção de gastos. Chaves (2010) argumenta que os organismos internacionais alegavam que o investimento em educação nesses países deveria se pautar para educação básica, e no se referia ao ensino superior, este beneficiava apenas as elites e por isso, deveria ser deixado para controle da iniciativa privada. (CHAVES, 2010).

O Brasil, no que se refere à esfera econômica, o passava por um momento complicado de estagnação, o que levou o governo de Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a adotarem as medidas desse receituário que desencadearam primeiro em: desmonte da “coisa” pública e segundo: estratégias de privatizações, seguindo a risca, os mandamentos do Banco Mundial. E dando continuidade as políticas auferidas, prosseguem os governos de Lula (2003-2006) e (2007-2010) e Dilma (2010-2014).

No governo de Collor se iniciam os reajustes necessários para a abertura do Brasil ao capital mundial e sua política de governo era baseava em amplos processos de privatizações e demandava ao ensino superior a formação de recursos humanos técnicos, não se preocupando com a qualidade ou pesquisas realizadas nas universidades. O governo de Itamar, sucessor de

---

<sup>6</sup>Em cenário contemporâneo, pelo decreto 5.622/2005, no governo Lula, foi concedida autonomia universitária também aos centros universitários, porém estes não precisam dispor de pesquisa e extensão. (CHAVES, 2010).

Collor após seu impeachment, aprovou a Lei 8.958/94 que estabelecia a possibilidade de captação privada de recursos para desenvolvimento de pesquisas nas universidades públicas, legitimado pela Constituição de 1988, que decretava a autonomia universitária.

No governo de FHC, se fixa de forma severa e intensa, as ofensivas desses reajustes, sendo detectado pela sua consolidação no Brasil. No que perpassa a educação superior, além do sucateamento das instituições públicas; da desresponsabilização do Estado, pois esta agora era considerada um “bem público” e por isso de responsabilidade de todos e não apenas do Estado; o que mais afetou o ensino superior foi a regulamentação jurídica da Lei de Diretrizes de Base da Educação de 1996 regida pela Lei 9.394/96. Para Cavalcante (2009, p. 81), esta lei constituiu-se como sendo um amparo legal para expansão do setor privado e desqualificação da universidade pública. A LDB de 96 estava em total consonância com o receituário neoliberal formulado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional do qual salientavam que o ensino superior é uma área de negócios tornando-se mais um setor para expansão, acúmulo e reprodução de capital.

O responsável pela composição das ideias de reforma do Estado no governo de FHC foi Bresser Pereira. Este defendia piamente o enxugamento das despesas do Estado, passando para a sociedade civil e iniciativas privadas a responsabilidade pelas garantias sociais, entre elas, cabe destacar, a educação<sup>7</sup>. Bresser Pereira corroborava com a ideia de que a crise do Estado advinha do Welfare State, ou seja, da garantia de direitos para o povo por parte do Estado, pois esta causava enormes despesas aos cofres públicos. Destarte, que ele incentivou ações que não eram de total responsabilidade do Estado, transformando as garantias sociais, em espécie de organizações sociais ou serviço público não estatal e a mercê da sociedade civil e da iniciativa privada. O governo de FHC foi marcado pela onda de privatizações e desmonte da legitimidade do Estado.

A estratégia se opera segundo Menezes (2009, p. 50) na diversificação das instituições de ensino superior, na diversificação de seu financiamento, na substituição dos currículos

---

<sup>7</sup>Assumindo o receituário neoliberal, o governo FHC promulgava a universalização do ensino fundamental, pois se atrelava a este a ideia de redução da miséria e da pobreza e sucateou os outros níveis de ensino educacionais na esfera pública. Foi no governo de FHC que se aprovou a Lei de Diretrizes de Base da Educação (9.394/96), revogada pelos decretos (2.306/97) e o decreto (3.860/01) e no governo de Lula revogada pelo decreto (5773/06), que culminaram, em um constante processo de (contra) reforma do ensino superior baseada na fragmentação e enxugamentos dos currículos, privatização indireta e branca (seja por meio de financiamento ou venda dos trabalhadores e dos serviços executados na universidade pública como, por exemplo: a utilização de laboratórios públicos com financiamento privado), perda de autonomia financeira, expansão massiva do ensino privado, incentivo a abertura de cursos à distância, reduções orçamentárias e precarização das unidades de ensino.

mínimos por diretrizes, além dos cursos sequenciais e da educação à distância serem legitimados. Se antes as instituições isoladas se dirigiam para se tornarem universidades (ensino-pesquisa), pois assim não estariam mais sob a vigilância do Conselho Federal de Educação, podendo abrir e fechar cursos e turmas, ampliar ou reduzir o número de vagas. Agora, era dispendioso ser ou tornasse uma universidade, pois a partir da Constituição de 88, havia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que acabava por tornar onerosos os gastos para o setor privado. Como nos reporta Sampaio (2011, p. 7), em seus segmentos mais dinâmicos, a sedução pelo consumo de serviços cada vez mais customizados, ajustados ao bolso, à formação e às expectativas do aluno parece induzir e manter de forma contínua a demanda por educação.

Outra possibilidade gravíssima instituída pelos decretos já citados foi à possibilidade da IES identificasse na categoria de instituição privada com fins lucrativos. Deixando nítida a intencionalidade mercadológica desse governo e dos órgãos de fomento da ideologia neoliberal com o ensino superior, sendo estas tratadas como “entidades comerciais”, afirma Sampaio (2011). O decreto também permitiu a venda e fusão, abertura de capital na bolsa de valores e a aplicação de capital estrangeiro nas instituições de ensino superior. (Idem, 2011).

Segundo a Sinopse Estática do Ensino Superior/MEC, no último ano de gestão do FHC, 2002, o número de matrículas em instituições de ensino superior<sup>8</sup> privado presencial<sup>9</sup> chegava a 2.428.258, representando 69,77% do total e o número total de instituições privadas girava em torno de 1442 instituições, representando 88,08% do total. Dessas 1.442 instituições: 84 eram universidades, 74 eram centros universitários e 1.284 eram faculdades<sup>10</sup>.

No governo de FHC, as diretrizes políticas passaram pela tentativa da caracterização da educação superior como um serviço público não estatal; da diminuição significativa do financiamento estatal na manutenção das universidades federais; da mudança do papel do Estado, de financiador para regulador; da privatização; do incentivo de fontes alternativas de financiamento; das parcerias público-privadas; da diferenciação e competitividade entre instituições; da expansão de baixo-custo; do ensino à distância; dos sistemas de avaliação; da formação para atender ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as universidades passaram a ser vistas a partir de uma visão mais pragmática e utilitária dos seus serviços, seja na formação profissional, seja na produção da ciência e da tecnologia, modificando

---

<sup>8</sup> No decorrer do texto ao citar instituições de ensino superior refere-se a: universidades, faculdades, centros universitários e institutos federais.

<sup>9</sup> Faz necessário destacar o formato presencial dessas instituições, pois a partir dos anos 2000, o ensino à distância passa a ganhar espaço e legitimidade. Os dados apresentados pelo INEP e pelo MEC são relevantes para situar esse fenômeno educacional brasileiro. Não se pretende neste trabalho apresentar levantamentos mais aprofundados dessa questão, porém alguns dados serão compartilhados no decorrer do texto.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 29 jun 2014

expressivamente os referenciais da sua finalidade e relevância social. (FERREIRA, 2012, p. 461).

O governo subsequente ao de FHC foi de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e (2007-2010). Ao contrário do que se esperava de seu governo, Lula iniciou uma nova (contra) Reforma Universitária, aumentando ainda mais as diferenciações na formação do ensino superior, possibilitando a ampliação de taxas lucro para os setores privados e aprofundando as medidas iniciadas por FHC. Esta reforma tinha como intencionalidade atender as demandas por ampliação dos números referentes ao ensino superior, tanto da sociedade como do OCDE, impulsionar setores de excelência para produção de ciência e tecnologia, possibilitar o diálogo entre universidade e empresas e reordenar os investimentos das universidades públicas, em um verdadeiro redirecionamento da sua função social, tornando-se uma espécie de universidade empresarial.

Deu continuidade ao já promulgado pelo FHC, ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>11</sup>, regido pela Lei 10.260/2001, que “possibilitava” a entrada de estudantes no ensino superior pagando os custos da formação alguns anos após a conclusão do curso. Entre os parceiros do FIES, estão as empresas educacionais mais lucrativas no cenário contemporâneo tendo ações na bolsa de valores são elas: KrotonEducativa, Anhanguera e Estácio.<sup>12</sup>

Para as novas mudanças no ensino superior<sup>13</sup>, Lula se utilizou de um arcabouço de decretos e medidas provisórias dos quais vale destacar, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regido pela Lei 10.861/2004 que promulgou mudanças no processo de avaliação das instituições, aprofundando a competitividade entre elas tendo em vista critérios de eficácia e produtividade, bem como pela adoção do sistema de ranking, além de penalizar aquelas que não atingirem os resultados esperados. Este sistema também avalia os estudantes através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), no qual direciona a responsabilidade dos resultados aos estudantes, numa tendência de competitividade e responsabilização social, não possibilitando enxergar determinações maiores. Devido a este fato, diversas instituições estabelecem seus critérios avaliativos tendo por base as provas do ENADE, quando não procedem dessa maneira, para suas atividades para realizar aulas e cursinhos voltados para o ENADE. Isto acaba por provocar um

---

<sup>11</sup> Este se apresenta no cenário contemporâneo emergindo também na pós-graduação.

<sup>12</sup> É possível visualizar os demais parceiros no site FIESBRASIL. Disponível em: <http://www.fiesbrasil.com.br/>. Acesso em 14 jul 2014.

<sup>13</sup> Estes dados foram embasados nas legislações federais, e nas autoras SANTOS (2007), LIMA (2011) e FERREIRA (2012).

sentimento competitivo entre os estudantes, ao mesmo tempo que, alimenta a ideia de que é preciso defender a instituição da qual se faz parte.

Pela a Lei de Inovação Tecnológica, regida pela Lei 10.973/2004, que pactua a parceria entre a universidade e setor produtivo, o conhecimento e mercado, a educação e a indústria numa direção clara de privatização da produção científica estabelecida no interior de instituições principalmente públicas, adensando perda da dimensão que o conhecimento deve ser socialmente compartilhado.

Dando prosseguimento legitimou a parceria público-privado (PPP), sob a custódia de Lei 11.079/2004, esta é parceria estabelecida pela captação de recursos privados pelas universidades públicas, sendo possível através de contratos e da criação de Fundações no interior das instituições públicas, legalizadas pela Lei 5.205/2014, pontuando mais uma vez o processo de diversificação do financiamento, corroborando com as diretrizes do Banco Mundial e companhia. Outra parceria nesse sentido foi firmou-se no ano seguinte, quando o governo possibilitou através do fundo público e de isenções fiscais, a compra de vagas ociosas nos estabelecimentos de ensino superior privado, sendo estas vagas destinadas para estudantes oriundos das escolas públicas, assumido como discurso a falácia da ampliação e da democratização do ensino superior para aqueles historicamente excluídos das universidades públicas. Esta compra foi legitimada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>14</sup>, sob a Lei 11.096/2005.

Estabeleceu a ampliação de cursos, institutos e centros de educação tecnológica, conhecidos como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), regida pelas Leis 5.225/2004 e 11.892/2008 em um nítido direcionamento para formação de mão-de-obra qualificada, rápida e técnica.

Além de impulsionar a Educação à distância (EAD), enfatizando o uso de novas tecnologias integrando o país ao cenário da globalização, também criou a Universidade Aberta do Brasil, além de fortalecer a inserção do mercado educacional com capital internacional. A jurisdição que regulamenta a EAD são os decretos: 5.622/2005, 4.509/2004 e 5.800/2006, cujos dados são alarmantes, e da qual se tece críticas ferrenhas por não possibilitar a construção coletiva do conhecimento, além de contribuir para a perda da dimensão emancipatória da educação e precarizar as relações trabalhistas dos docentes.

---

<sup>14</sup> No PROUNI, o valor máximo permitido para concorrer à bolsa é de 3 (três) salários mínimos per capita. (HOSTIN, s/d).

Segundo dados do INEP (2012) em 2007 o número de matrículas na EAD era de 369.766, sendo 275.557 no setor privado. Em 2012 estes números saltam para 1.113.850 matrículas ao todo e 932.226 no setor privado. Por ser uma educação com custos reduzidos de recursos humanos e matérias, este formato educação se torna mais lucrativo e vem sendo de grande interesse do capital, com revelam os dados.

Outra ação desenvolvida pelo (contra) Reforma Universitária foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação de Expansão das Universidades Federais, conhecido como REUNI. Este foi legalizado sob o decreto 6.906/2007 e do qual havia um pacote de metas que as universidades federais deveriam se esforçar para cumprir: aumentar o número de estudantes, aumentando de forma pífia o número de professores, diversificar as modalidades dos cursos, flexibilizar os currículos, impulsionar a EAD, entre outros. Dessa forma, Lima (2011) salienta que o REUNI, evidencia o novo tripé do ensino superior no Brasil baseado no aligeiramento, na intensificação do trabalho docente e na transformação das universidades em instituições de ensino terciário.<sup>15</sup>

Em última análise realizada pelo INEP, em 2012, o número de instituições privada 2.112, representando 87,41% do total. Dessas 2.112 instituições: 85 eram universidades, 129 eram centros universitários e 1.898 eram faculdades. O que deixa claro que ampliação de estabelecimentos isolados, que tem por base apenas o ensino, em detrimento de universidades que contemplam o tripé universitário do ensino, da pesquisa e da extensão.

No que se trata das resistências estudantis universitárias, estas estiveram presentes no decorrer de toda história, porém é preciso estar atento às modificações que o ensino superior sofreu, para compreender também os anseios e possibilidades dessas resistências, pois como salienta Silva,

A reforma da educação interfere diretamente na ação política do movimento estudantil, na medida em que confronta os direitos já conquistados e ainda se põe como obstáculo à luta por um ensino de qualidade, bandeira histórica do movimento. Essa reforma segue a lógica da mercantilização, na qual a própria educação assume o caráter de mercadoria, de forma que seus “compradores” assumem para com ela uma relação mercantil. (SILVA, 2008, 44).

---

<sup>15</sup> Baseia-se na concepção defendida pelo Banco Mundial de “sociedade do conhecimento” e na ideia de que qualquer curso pós-médio estaria no nível terciário.

O pensamento dominante que encontrou condições favoráveis como: a insegurança, a instabilidade, o medo social, para expandir sua ideologia que perpassa o fim da luta de classes, o fim da história, desqualifica a política e dificulta a organização política da classe trabalhadora. A ideologia neoliberal declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade (BARROCO, 2011).

Sob essa perspectiva, apreende-se que o movimento estudantil, como um dos movimentos de resistência, entra no campo das disputas e direcionamentos político e ideológico da universidade, possibilitando, muitas vezes, o avanço nos processos reflexivos e investigativos tanto das respectivas formações profissionais como de defesa de uma ideal de universidade em todas as suas dimensões. Percebe-se que a existência de espaços de organização contra hegemônicos são imprescindíveis, pois são estes que possibilitam um olhar diferenciado e contribuem para quebrar as barreiras impregnadas pelo pensamento dominante.

Nota-se, porém, que os espaços de formação política são cada vez menores. O movimento estudantil, com caráter emancipatório<sup>16</sup>, possui algumas características que parecem permanecer ao longo da história: seu caráter de formação política continuada, sua credibilidade enquanto um articulador com outros movimentos e atores sociais, seu potencial de resistência e sua legitimidade de propor novas concepções e significados de mundo, valores e ideologias contra hegemônicos.

O movimento estudantil pode vir a configurar-se como um espaço formador do cidadão, formador de opiniões, e de acirramento das disputas ideológicas dentro e fora da universidade. Espaço também de socialização do saber, de organização da ação e formação política, possibilitando a reflexão crítica, a incorporação de novos elementos culturais e a apreensão da dimensão coletiva, tão esvaziada de sentido na contemporaneidade.

---

<sup>16</sup> Apesar de cristalizada a ideia de movimento estudantil como combativo e reivindicatório, existem organizações no seu interior que promulgam os ideários neoliberais e as ofensas desembocadas pelo capital, por isso faz-se necessário distingui-los.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Superior no Brasil inicia-se de forma tardia se comparado a outros países da América latina, além de ter na sua base primária a disputa entre instituições laicas e católicas e apresentar um formato baseado em estabelecimentos isolados. As primeiras universidades também não passaram de um aglomerado de cursos e estabelecimentos isolados.

No decorrer das mudanças na história do Brasil às concepções e a relevância dada ao ensino superior também vão se alterando. Com o processo de industrialização e urbanização brasileira vai se ampliando as possibilidades de ascensão social e realização pessoal, o que intensifica a procura pelo ensino superior. O número de concludentes do ensino médio também contribui nesse processo. Isto expressa sinais de modificações no cenário educacional brasileiro.

O ensino privado esteve presente, praticamente, em toda história do ensino superior brasileiro. Porém mudando, de acordo com as fases de desenvolvimento do capital no país. As primeiras análises salientam que até a década de 90, as instituições privadas existiam como uma forma complementar ao ensino público, já nessa década, orientada pela influência do capital internacional baseada no receituário neoliberal promulgada por órgãos como FMI e BM, e se utilizando do aparato legal, é que o ensino superior ganha conotações mercantis, tornando rentável o investimento com a educação superior. Além de tornar lucrativo o ramo de serviços educacionais, a LDB de 96 definiu como estratégia para o desmonte do ensino superior a diversificação das instituições, podendo esta apenas se preocupar com o ensino. Outros elementos decorrentes da LDB aparecem com a substituição dos currículos mínimos por diretrizes, cursos sequenciais, ou seja, de curta duração e o ensino à distância, do qual se alegou a possibilidade de acesso em comunidades longínquas.

No que se passa a outra estratégia de desmonte do ensino superior esta foi concebida pela diversificação de seu financiamento, deixando as universidades públicas a mercê do mercado e de investidores privados, sendo possível identificar cursos de especializações pagos, pesquisas financiadas por empresas e fundações criadas na universidade para a captura de recursos.

No âmbito privado os espaços de debate e formulação de ideias são um desafio constante. As reivindicações dos movimentos de resistência dessas instituições tem caráter mais interno na tentativa de dialogar com outros estudantes: propondo melhorias na qualidade

de ensino, na estrutura dos estabelecimentos, na redução de mensalidades entre outros. Mesmo que de forma ainda muito interna esses movimentos contribuem na quebra do muro criado pelas as ideias dominantes que faz com que a nossa visão fique turva e as possibilidades emancipatórias e coletivas sejam utopias sem credibilidade.

Nesse cenário complexo e contraditório que são as instituições de ensino superior privado, no qual o se encontra o maior percentual de estudantes, é que faz urgente propor espaços contra hegemônicos para que seja possível envolver outros estudantes em debates para além da ascensão social e profissão, mas sim, debates que envolvam a questão do investimento público, do direito a educação gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, a questões societárias e conjunturais que desencadeiam em diversos aspectos da vida cotidiano e material.

Por isso faz de extrema relevância compreender o cenário do ensino superior no Brasil contemporâneo bem como propor que espaços de formação política sejam mantidos de forma permanente em todos os estabelecimentos de ensino, e que estes não se sucumbam a ordens internas e governamentais e sim desenvolvam ideias emancipatórias e trilhem caminhos para se seja possível avançar na garantia de direitos.

## REFERÊNCIAS

BARREYRO, G.B. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Relatosdepesquisa37.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2014.

BRASIL. **Denominação administrativa da instituição**. Divisão de Temas Educacionais. Brasília, s/d. Disponível em: <[http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura\\_cursos.html](http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html)>. Acesso em: 29 jun 2014.

BRASIL. **Estabelece as diretrizes e bases da educação**. Disponível em: <[nacional.http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 28 jun 2014.

CAVALCANTE, M.L.G. **Movimento Estudantil e Serviço Social no capitalismo contemporâneo: tendências e particularidades**. Natal, 2009.

CHAVES, V.L.J. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios**. Revista Educação e Sociedade, v. 31, Campinas, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000200010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 jun 2014.

CUNHA, L.A. A universidade Temporã. São Paulo: UNESP, 3 ed. 2007.

DURHAM, E.R; SAMPAIO, H. **Ensino Privado no Brasil**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. A uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

MENEZES, R.G. **Transformações contemporâneas e seus rebatimentos sobre a formação profissional de serviço social: uma análise da compreensão dos estudantes da universidade estadual do Ceará sobre o projeto ético-político**. Fortaleza, 2009.

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução à crítica**. Cortez Editora: São Paulo, 2006.

QUEIROZ, F. C. B. P et al. **Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação vol.21 n.79, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362013000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362013000200009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 29 jun 2014.

SAMPAIO, H. **Trajetória e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil**. IX Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio Grande do Sul, 1999. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/jun00/sampaio.html>>. Acesso em: 29 jun 2014.

\_\_\_\_\_. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Revista Ensino Superior Unicamp, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04\\_outubro2011/05\\_ARTIGO\\_PRINCIPAL.pdf](http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf)>. Acesso em: 29 jun 2014

\_\_\_\_\_. **Setor privado de ensino superior no Brasil: o que mudou no século XXI?**GT Educação e Sociedade no 35º Encontro Anual da Anpocs, Minas Gerais, 2011. Disponível em:<[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8362&Itemid=353](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8362&Itemid=353)>. Acesso em: 29 jun 2014

SANTOS, T. B. **A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional**. São Paulo, 2007.